

TRABALHO ARTESANAL, FEMINISMO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Márcia Alves da Silva

(Universidade Federal de Pelotas / Brasil)

Carla Negretto

(Universidade Federal de Pelotas / Brasil)

Resumo: O presente trabalho discute sobre a situação da mulher camponesa assentada e a invisibilidade do trabalho feminino realizado na esfera do espaço doméstico, que envolve o cuidado da casa, dos filhos e demais familiares e também na "ajuda" prestada ao marido nas lidas do trabalho no campo. A falta de acesso aos espaços de decisão e o domínio patriarcal, principalmente sobre as mulheres, são apontados como motivos que incentivam a saída das jovens do meio rural e consequente migração para as áreas urbanas em busca de escolaridade e emprego (CASTRO, 2008). Nossa experiência investigativa tem buscado criar um ambiente propício para o debate e a formação das mulheres camponesas, tendo o artesanato como ferramenta para tratar as questões de gênero. Esta é a proposta do projeto “Trabalho Artesanal com Mulheres Assentadas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)”, que desde 2013 busca promover ações que contribuam para um processo de emancipação e empoderamento das mulheres, a partir de aprendizagens sobre questões de gênero e o papel que a mulher queira ocupar no mundo. Dessa forma, cria-se um espaço coletivo que fortalece as mulheres no sentido de problematizar o contexto que elas vivem, buscando de forma coletiva a autonomia de gênero. Além disso, as oficinas de artesanato que o projeto implementa possibilitam novas aprendizagens que podem ampliar a renda familiar.

Palavras-chave: Mulheres; Movimentos sociais; Artesanato.

Introdução

Esse trabalho é resultado de um projeto encaminhado pelas autoras na Universidade Federal de Pelotas / Brasil, denominado “Trabalho Artesanal com Mulheres

La Plata, FAHCE-UNLP, 13 al 15 de abril de 2016

síto web: <http://jornadascinig.fahce.unlp.edu.ar/iv-2016> - ISSN: 2250-5695

do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)”. Esse projeto atende quatro assentamentos da reforma agrária localizados na zona rural da cidade de Pinheiro Machado/RS/Brasil, que são os Assentamentos Campo Bonito, Santa Inácia, Pinheiro Machado e Alegrias, totalizando 44 mulheres participantes.



Figura 1: Grupo de mulheres assentadas do Assentamento Pinheiro Machado, participantes do projeto *Trabalho Artesanal com Mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*. (Fonte: Acervo de imagens do projeto, 2015).

Nosso interesse é oferecer oficinas de Artesanatos Populares como uma nova alternativa de trabalho, auxiliando dessa forma também no processo de empoderamento e emancipação financeira das participantes e, conseqüentemente, nesse mesmo ambiente de aprendizagem e produção abordar assuntos sobre as relações de gênero, o papel da mulher no mundo e a importância do movimento social MST na comunidade. Dessa forma, o projeto se constitui num espaço de formação das mulheres assentadas participantes, tendo como objetivo o empoderamento dessas sujeitas.

Sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

É indispensável fazer uma breve explanação para compreender o que é o MST. Trata-se de uma organização social que surgiu na década de 80 no Brasil e que tem por

objetivo a luta pela terra através da reforma agrária. O recorte de classe é nítido, já que o movimento explicita a defesa dos pequenos agricultores e agricultoras. O Brasil é um dos países com maior concentração de terras do mundo e com os maiores latifúndios. A concentração e a improdutividade possuem raízes históricas desde a ocupação portuguesa no século 16. A forma de ocupação de nossas terras pelos portugueses combinada a monocultura para a exportação e a escravidão, estabeleceu as raízes da desigualdade social que atinge o Brasil até os dias de hoje.

A questão dos sem-terra é histórica. Desde as capitânicas hereditárias, dos quilombos, da guerra de Canudos (década de 1890), da guerra do Contestado (década de 1910), da Ligas Camponesas (década de 1950-60), os sem-terra estão lutando por um pedaço de terra. São caboclos, cafuzos, mulatos, brancos e negros formados na história e na geografia da luta pela terra. (FERNANDES, 2001, p. 237-238).

Compreendemos então que a luta do Movimento MST é pela reforma agrária, com distribuição justa da terra que acontece por meio de ocupações de latifúndios improdutivos que não cumprem sua função social. Mas as reivindicações do MST não se restringem apenas à conquista de terras.

Existem várias lutas após a conquista da terra: luta por crédito agrícola, por escola no assentamento, por moradia, por estradas, por transporte coletivo, por energia elétrica, por saúde etc., que levam à melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas. A conquista da terra é condição essencial para o avanço dessa luta pela cidadania. (FERNANDES, 2001, p. 244).

Desde a sua fundação até os dias de hoje o MST vem se organizando em torno de mais um objetivo, que é a luta por uma sociedade mais justa e fraterna que busca solucionar os graves problemas estruturais do nosso país, como a desigualdade social e de renda, a discriminação de etnia e gênero, a concentração da comunicação, a exploração do

trabalhador urbano, etc. Sabemos que a solução para estes problemas só será possível por meio de um projeto popular para o Brasil - fruto da organização e mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras.

Este projeto da Universidade Federal de Pelotas compreende a importância de estar em sintonia com esses propósitos do movimento, aliado à luta feminista contra o patriarcado que, em conjunto ao processo de concentração de renda e de riquezas tem sido devastador para as mulheres.

Nossa proposta

O projeto vem sendo realizado desde o ano de 2013 e tem por objetivo oferecer a possibilidade das participantes aprenderem diferentes técnicas na área de Artesanatos Populares. Além disso, busca-se a construção de conhecimento na área de gênero sobre o papel da mulher na sociedade, além de aproximar e mostrar a importância do MST na vida das participantes. A produção do artesanato é realizada por meio de oficinas e os demais trabalhos formativos são feitos por meio de exibição de filmes e/ou documentários, debates, palestras e dinâmicas.

Nossa metodologia de trabalho sustenta-se na perspectiva da educação popular baseada na obra de Paulo Freire, compreendendo que o aprendizado é algo dinâmico e construído coletivamente. É por isso que a escolha das técnicas a serem trabalhadas nas oficinas são escolhidas coletivamente pelas próprias participantes.

De acordo com Brandão (1987, p.63) entendemos por educação popular “aquela que é produzida pelas classes populares ou para as classes populares, em função de seus interesses de classe”. Segundo ele, trata-se de uma educação feita de acordo com os interesses das classes populares. De acordo com esta concepção de educação, o cerne do processo educacional está diretamente relacionado aos saberes diferenciados de cada educanda ou educando. Pois,

O ato educativo se dá na relação agente/grupos populares. E este ato é passível de ser educativo na medida em que ambos os parceiros têm saberes diferenciados. “O elemento popular ‘sente’, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual

‘sabe’, mas nem sempre compreende ou, sobretudo ‘sente’. [...] o saber se dá justamente quando da interação saber/sentir; ou seja, o saber envolve o sentir, o se apaixonar pelo saber e pelo seu objeto. [...] o saber só se dá quando se compreende. A diferenciação de saberes é que permite o ato educativo (BRANDÃO, 1987, p. 111-112).

De acordo com Paulo Freire, ela é uma prática política misturada à tarefa educativa, levando em conta que a sociedade se transforma passo a passo com propostas populares de educação, mas que acontece a partir de uma mobilização, relacionada à organização popular. Ela tem formas diferentes e graus diferentes, entendendo “a educação popular como o esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica” (FREIRE, 2001, p. 19). Nessa direção, a definição de educação popular é que ela é um modo de conhecimento que parte da prática política, ou seja,

[...] o conhecimento do mundo também é feito através das práticas do mundo; e é através dessas práticas que inventamos uma educação familiar às classes populares. [...] há modos de conhecer o mundo e as classes populares têm um modo peculiar de conhecimento (FREIRE, 2001, p. 20).

Os materiais utilizados nas oficinas são derivados tanto de sucatas naturais, quanto de sucatas industrializadas. A sucata natural constitui-se de sementes, palhas, pedras, conchas, folhas, penas, galhos, pedaços de madeira, areia, terra etc. A sucata industrializada ou realia, inclui todos os tipos de embalagens, copos plásticos, chapas metálicas, tecidos, papéis, papelões, isopor, caixas de ovos etc.

As técnicas oferecidas nas oficinas, dão à chance às participantes de adquirirem um mundo rico de experiências nos diferentes tipos de artesanato popular. Entre elas podemos destacar a pintura em tecido e em MDF, a cestaria em jornal, o artesanato com EVA, com garrafas PET, com tecido, com palha de milho, o biscuit, a decoupage, entre outras. As peças confeccionadas dão origem a cestas, baleiros, caixa para remédios, porta

guardanapos, porta joias, potes para condimentos, casinhas para passarinhos, enfeites para eletrodomésticos, chaveiros, sachês, tiaras, flores, vasos, tapeçaria com malha etc.



Figura 2: Artesanato produzido pelo Grupo de mulheres assentadas do Assentamento Pinheiro Machado, participantes do projeto *Trabalho Artesanal com Mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*. (Fonte: Acervo de imagens do projeto, 2015).

Nossa caminhada

Nossa tentativa é utilizar-se do Artesanato Popular primeiro como uma alternativa de trabalho e gerador de renda, em segundo lugar como uma ferramenta metodológica para trabalhar as relações de gênero e aprofundar a importância do MST dentro das comunidades de Assentamentos da Reforma agrária. É importante salientar aqui que nem todas as mulheres assentadas atendidas pelo projeto tem vínculo com o MST e as que tiveram uma ligação maior no período de acampamento sentem a necessidade de enraizar ainda mais esses laços. Esse desejo de aprofundar vínculos com o movimento MST partiu da própria vontade das participantes no decorrer do projeto, é o que relata uma das alunas.

Seria tão bom se voltássemos naquela época de acampamento, tínhamos mais organização em grupo, se não cumpríssemos com

La Plata, FAHCE-UNLP, 13 al 15 de abril de 2016

as tarefas dadas, éramos punidos, mas dessa maneira tudo funcionava bem porque todos participavam. (Assentada A, 2016).

Esse impulso nasceu devido as investidas do projeto em debates e palestras sobre o papel da mulher dentro e fora do lar, sua importância no grupo de mulheres na qual fazem parte e seu real valor na sociedade em geral, visto que durante anos as atividades que realizavam eram concebidas apenas como restritas às atribuições domésticas, tendo sido, assim, “naturalizadas” durante o processo histórico-cultural da sociedade.

Quanto ao estabelecimento de relações assimétricas de poder entre os sexos, Heleieth Saffioti desenvolveu em sua obra a temática do patriarcado e nos mostrou o quanto ele tem sido impedidor da emancipação feminina. Para a pesquisadora, patriarcado é um “*sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem*” (SAFFIOTI, 1987, p.16).

Trabalhar com oficinas feministas com essas mulheres contribui para a formação e para uma melhor compreensão da dinâmica social atual dessas comunidades. As situações que as participantes trazem durante as oficinas e debates realizados pelo projeto vão desde a falta de espaço nas decisões do lar, a divisão sexual do trabalho em casa e nas lidas do campo, o domínio patriarcal até a violência doméstica. E são esses os principais motivos que tem incentivado a saída das jovens do meio rural e conseqüente migração para as áreas urbanas em busca de escolaridade e emprego (CASTRO, 2008).

O que analisamos com mais destaque em nossa pesquisa são narrativas das participantes sobre a sua vida cotidiana, que se resume ao cuidado da casa, dos filhos e a ajuda prestada ao marido. Porém percebemos ao longo da execução do projeto que essa ‘*ajuda prestada ao marido*’ não significa uma simples tarefa realizada esporadicamente, essa ajuda prestada ao marido significa que ela trabalha lado a lado e dia após dia diretamente com ele na lavoura. Porém, ela não é reconhecida por este trabalho, não participa das decisões sobre o rendimento obtido com o trabalho realizado, nem recebe apoio do companheiro na execução das tarefas domésticas, causando conseqüentemente frustração e uma sobrecarga de trabalho exaustiva, conforme afirmou uma assentada: “*Queria ser mais valorizada como esposa, como artesã e agricultora. Queria que me respeitassem mais.*” (Assentada B, 2016).

Marcela Lagarde y de los Rios, em sua obra *Los cautiverios de las mujeres* (2005), aborda o trabalho como uma das categorias utilizadas em investigação sobre as mulheres mexicanas trazendo, dessa forma, uma grande contribuição para a teorização sobre a divisão sexual do trabalho, especialmente na América Latina. A autora levanta o seguinte questionamento: a divisão do trabalho é natural ou historicamente constituída? O fato de que homens e mulheres pertencentes às mais diversas sociedades se dediquem a diferentes atividades tem sido compreendido como inerente à diferenciação sexual e relacionado com especificidades físicas, intelectuais, emocionais, de acordo com cada sexo. É, portanto, dessa forma que as ideologias sexistas têm compreendido a relação sexo e trabalho.

Sendo assim, as mais diversas sociedades têm criado grupos sociais distintos em função do acesso ao trabalho e do tipo de atividades, tendo explicado como divisões naturais do trabalho, portanto, imutáveis. Em função desse caráter a-histórico e inerte, as ideologias sexistas e racistas, de cunho biológico, são as que têm se mantido por maior tempo e com maior êxito na reprodução das ordens sociais. Heleieth Saffioti denuncia o caráter de naturalização desse processo, conforme aparece na passagem a seguir:

A sociedade investe muito na naturalização deste processo. Isto é, tenta fazer crer que a atribuição do espaço doméstico à mulher decorre de sua capacidade de ser mãe. De acordo com esse pensamento, é natural que a mulher se dedique aos afazeres domésticos, aí compreendida a socialização dos filhos, como é natural sua capacidade de conceber e dar à luz. (SAFFIOTI, 1987, p. 9)

Uma das frentes onde se percebe essa “subordinação” se dá na divisão do trabalho, conhecida como divisão sexual do trabalho. De acordo com Kergoat (2003), essa divisão possui dois grandes princípios organizadores: o princípio de separação (onde se diferencia os trabalhos, como sendo de homens ou de mulheres) e o princípio de hierarquização (onde um trabalho masculino é mais valorizado que um trabalho feminino). Na realidade, esses princípios são aplicados graças a um processo específico de legitimação, que a autora denomina de ideologia naturalista, que “empurra” o gênero para o sexo biológico, reduzindo, dessa forma, as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados, os quais remetem ao destino natural da espécie. No entanto, em sentido oposto, a teorização em termos de

divisão sexual do trabalho afirma que as práticas sexuadas são na realidade construções sociais, elas próprias resultado de relações sociais historicamente situadas.

Nessa tentativa de mostrar a importância do artesanato como trabalho e geração de renda, na perspectiva da construção de conhecimento sobre as questões de gênero e trabalhar a importância do Movimento Social MST para a comunidade, criamos um espaço de debates para discutir a temática por meio das próprias experiências e narrativas das participantes. Este trabalho é portanto uma pesquisa extensionista, comprometida com a reflexão e análise das narrativas das envolvidas. É uma tentativa de diálogo a respeito da vida da mulher camponesa, sua participação social dentro da comunidade e seu desejo de retomar a vida e a formação política dentro do movimento social MST.

Nosso primeiro passo foi procurar compreender de que maneira podemos estar influenciando nessa dialética entre gênero, artesanato e movimento social. E para que isso aconteça o Fórum Social da UFPel tem como objetivo o diálogo entre a Universidade e os movimentos sociais, para uma construção de conhecimento e trocas de experiências políticas, artísticas, culturais e sociais para melhorias das comunidades.

O Fórum Social da UFPel é um órgão de natureza consultiva, que tem por finalidade representar a comunidade civil organizada perante a UFPel, visando o acompanhamento, a assessoria e a proposição de políticas de extensão da UFPel, comprometido com a realidade social, visando uma aproximação entre a Universidade e os movimentos sociais organizados e o pleno exercício da cidadania. Compreende-se como entidades participantes do Fórum, órgãos da sociedade civil organizada (movimentos sociais, grupos comunitários, instituições públicas e privadas, comprometidos com as causas populares) que não pertençam ao quadro da UFPel.

São objetivos do Fórum: assessorar os gestores da UFPel, buscando propor políticas e diretrizes básicas para a implementação de políticas públicas de extensão pela UFPel; promover a aproximação e o diálogo entre os movimentos sociais e a Universidade, mantendo articulação permanente com instituições da sociedade civil e tendo ações extensionistas como o foco central; identificar demandas coletivas da população e incentivar a elaboração de projetos e/ou programas de extensão pela Universidade que supram essas necessidades; aproximar as demandas dos movimentos sociais com projetos e programas de extensão já existentes na UFPel; buscar parcerias e financiamentos para

Programas, Projetos e Cursos de Extensão, buscando capitanear recursos de editais do Governo Federal; incentivar o desenvolvimento da avaliação, gestão e divulgação das ações de extensão realizadas pela UFPel e, ainda; ter sempre o combate a qualquer tipo de discriminação como parâmetro central nas ações do Fórum.

Conclusão

Já é possível notar por meio das narrativas das participantes e das observações realizadas pela equipe que essas mulheres agricultoras estão construindo passo a passo uma nova perspectiva de libertação da mulher camponesa do atraso ao acesso a informação e a formação. Esta constatação representa uma conquista e nos leva a concluir que apesar das dificuldades elas poderão construir um novo modelo social na comunidade da qual fazem parte, instruindo novas mulheres, jovens e adolescentes nesse processo de trabalho artesanal, emancipação e empoderamento feminino, embora seja preciso lembrar que as questões de gênero estão presentes em todos os momentos e lugares, pois sempre vamos encontrar pessoas que desconhecem as questões de gênero e a luta feminista, inclusive entre as próprias mulheres.

O conceito de patriarcado traz em seu bojo a estrutura hierárquica que confere aos homens o exercício de poder sobre as mulheres e também de alguns homens sobre outros homens. É importante lembrar que essa estrutura é reproduzida também pelas próprias mulheres, pois o patriarcado estabelece uma relação na qual atuam as duas partes, tanto homens como mulheres. Podemos confirmar isso em uma pesquisa recente realizada no Brasil pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e denominada *Tolerância social à violência contra as mulheres*, cujos dados apontam que a população brasileira ainda nos dias atuais demonstra grande conformidade com valores e ideais típicos do patriarcado. Conforme a pesquisa 63,8% dos/as participantes concordam com a afirmação de que “os homens devem ser a cabeça do lar” (IPEA, 2014). Importante salientar que mais da metade dos entrevistados foram mulheres.

A mesma pesquisa ainda traz mais surpresas, especialmente no que tange à temática da violência de gênero. Quando deparados com a afirmação “Casos de violência dentro de casa devem ser discutidos somente entre os membros da família”, 63% apresentaram concordância com a mesma. Em tempos de consolidação da Lei

Maria da Penha¹, que justamente motiva a sociedade a denunciar essas violências, a população brasileira opta pelo silenciamento. Ainda na mesma pesquisa, 58,5% dos/as pesquisados/as concordaram com a afirmação de que “se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros”. Esta afirmação culpabiliza a vítima, jogando para a própria mulher violentada a responsabilidade pelo ato, ‘inocentando’, dessa forma, o agressor.

O Mapa da Violência (2012), que apresenta taxas de homicídios de mulheres no Brasil, demonstra um aumento significativo do número de homicídios de mulheres no país a partir de 2007. O Brasil é hoje o sétimo país em casos de assassinato de mulheres, num total de 84 países investigados. O Mapa mostra também que mais de 60% dos casos de violência acontecem nos espaços privados, e os crimes são realizados por pessoas da família, geralmente maridos e/ou companheiros. Os níveis de reincidência, no que se refere à violência contra as mulheres, são altíssimos, acima de 50% com mulheres com idades acima de 30 anos, aumentando conforme o aumento de idade da vítima. A infância também está presente, pois com as meninas os índices também são muito elevados, acima de 40% e nunca abaixo disso, sendo que, além das meninas, mulheres das classes mais baixas são as vítimas mais frequentes.

Diante de tais dados, podemos afirmar que questões de gênero no nosso país convivem com a violência nas suas mais diversas manifestações. Nesse sentido, essa temática continuará em pauta nos diálogos e debates, necessitando assim a busca incessante por pesquisa e formação.

Referências

BRANDÃO, Carlos. *A questão política da educação popular*. 7ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BRASIL. Lei Maria da Penha: Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

CASTRO, Elisa Guaraná. *As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias: relações de gênero em assentamentos rurais - Gênero, juventude e o cotidiano dos assentamentos*

¹Lei Maria da Penha é o nome dado a Lei brasileira de número 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

rurais. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; et al. *Reforma agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais*. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008.

FERNANDES, Bernardo M. O MST mudando a questão agrária. In: D'INCAO, Maria A. *O Brasil não é mais aquele: mudanças sociais após a redemocratização*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 237-245.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. *Que fazer? Teoria e Prática em Educação Popular*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

IPEA, Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS). *Tolerância social à violência contra as mulheres*. Abril de 2014.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, Marli; et al (orgs.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p.55-63.

LAGARDE Y DE LOS RIOS, Marcela. *Los cautiveros de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. 4. ed. México: UNAM, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

Referências Eletrônicas

<<http://www.mst.org.br/nossa-historia/>

<<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/Tayanara%20e%20cia.pdf>